

ENTREVISTA COM GERALDO ALBASINI

DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE (INNOQ)

“A Qualidade não conhece fronteiras. É uma responsabilidade partilhada e uma oportunidade comum para promover o desenvolvimento, a competitividade e a confiança”

Durante uma visita oficial a Portugal, Geraldo Albasini, diretor-geral do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ), partilhou com o Instituto Português da Qualidade (IPQ) a sua visão sobre o papel da Qualidade no desenvolvimento económico, na competitividade e na integração regional de Moçambique.

Nesta entrevista, Geraldo Albasini aborda o papel da infraestrutura da qualidade no desenvolvimento de Moçambique, destacando o contributo da Normalização, da Metrologia, da Avaliação da Conformidade e da cooperação internacional para a competitividade das empresas, a facilitação do comércio e a integração nos mercados regionais e internacionais.



IPQ: Como caracteriza o atual momento da infraestrutura da qualidade em Moçambique e quais são, hoje, os principais

desafios para o INNOQ?

Geraldo Albasini: Nos últimos anos, o INNOQ, I.P., tem vindo a consolidar o seu papel como instituição central da Infraestrutura Nacional da Qualidade, reforçando a sua intervenção nos domínios da Normalização, Metrologia e Avaliação da Conformidade, bem como a cooperação e participação nos organismos regionais, continentais e internacionais da Qualidade. Num contexto em que Moçambique procura acelerar a industrialização, diversificar as exportações e reforçar a sua integração nos mercados regional e internacional, a Qualidade assume um papel estratégico. A localização geoestratégica do país, com acesso ao Oceano Índico e aos principais corredores logísticos da África Austral, representa uma importante vantagem, que deve ser acompanhada por uma produção nacional competitiva, assente em normas internacionalmente reconhecidas, medições fiáveis e mecanismos credíveis de avaliação da conformidade.



Geraldo Albasini

Diretor-Geral do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ)

Neste âmbito, a participação ativa de Moçambique em estruturas como a SADC/SADCSTAN, a ARSO e a AFSEC, bem como nos processos internacionais de Normalização, contribui para a harmonização de requisitos técnicos, a redução das barreiras técnicas ao comércio e uma maior integração das empresas moçambicanas nos mercados e cadeias de valor regionais e internacionais.

Persistem, contudo, desafios importantes, nomeadamente o reforço da capacidade técnica e laboratorial, a rastreabilidade metrológica, a acreditação dos serviços de avaliação da conformidade, a capacitação dos recursos humanos, a transformação digital e uma maior aproximação da cultura da qualidade ao setor produtivo, em particular às micro, pequenas e médias empresas.

A visão estratégica do INNOQ é continuar a modernizar e expandir a Infraestrutura Nacional da Qualidade, aproximando os seus serviços das necessidades do setor produtivo e contribuindo para que a Qualidade se afirme como um instrumento efetivo de industrialização, inovação, competitividade e desenvolvimento sustentável de Moçambique.

IPQ: Que importância assumem o CONQUA, a Política da Qualidade e o Fundo Nacional da Qualidade no reforço e na consolidação da infraestrutura da qualidade em Moçambique?

Geraldo Albasini: O Conselho Nacional da Qualidade (CONQUA) assume uma importância estratégica para o fortalecimento do Sistema Nacional da Qualidade, na medida em que permite promover uma maior coordenação das políticas públicas relacionadas com a Qualidade e assegurar uma articulação mais eficaz entre as diferentes entidades que integram a Infraestrutura Nacional da Qualidade, incluindo os setores

público e privado e outras partes interessadas. Num sistema desta natureza, a coordenação é fundamental para evitar a fragmentação de esforços, promover a complementaridade institucional e garantir que as intervenções nos domínios da Normalização, Metrologia, Avaliação da Conformidade, Acreditação e outras áreas relevantes respondam de forma coerente às prioridades de desenvolvimento do país.

Neste contexto, o Plano de Ação da Política da Qualidade constitui um instrumento operacional que traduz os objetivos estratégicos em ações concretas. Prevê iniciativas destinadas a reforçar as capacidades técnicas nacionais, modernizar os laboratórios, expandir a rastreabilidade metrológica, aumentar a adoção de normas técnicas, fortalecer os organismos de avaliação da conformidade, promover a acreditação e desenvolver programas de capacitação para os setores produtivos público e privado.

O Plano pretende igualmente promover a cultura da qualidade junto das empresas, em particular das micro, pequenas e médias empresas, incentivando a utilização das normas como instrumentos de inovação, aumento da produtividade e acesso aos mercados nacionais, regionais e internacionais. Pretende ainda reforçar a fiscalização baseada em critérios técnicos, contribuindo para uma concorrência leal e para uma maior proteção dos consumidores.

A criação do Fundo Nacional da Qualidade, prevista na Política da Qualidade, insere-se nesta estratégia. Um dos maiores desafios dos Sistemas Nacionais da Qualidade, sobretudo nos países em desenvolvimento, é assegurar um financiamento sustentável para investimentos que exigem recursos significativos e atualização permanente, como a aquisição de padrões nacionais de medição, equipamentos laboratoriais de elevada

exatidão, materiais de referência certificados, participação em comparações internacionais, processos de acreditação, formação especializada e desenvolvimento de normas técnicas.

O Fundo Nacional da Qualidade pretende constituir um mecanismo de financiamento capaz de assegurar maior previsibilidade e sustentabilidade destes investimentos estratégicos, reduzindo a dependência exclusiva do Orçamento do Estado e da cooperação internacional. Desta forma, será possível garantir a continuidade da modernização da Infraestrutura Nacional da Qualidade, reforçar a confiança nos serviços prestados e aumentar o reconhecimento internacional das capacidades técnicas de Moçambique.



IPQ: Que papel desempenha a acreditação na criação de confiança nos resultados da avaliação da conformidade e no reconhecimento internacional das competências técnicas?

Geraldo Albasini: A acreditação constitui um dos pilares fundamentais da Infraestrutura Nacional da Qualidade. É o mecanismo que confere reconhecimento formal à competência técnica dos organismos que realizam atividades de avaliação da conformidade, como laboratórios de ensaio e calibração, organismos de inspeção, organismos de certificação e provedores de ensaios de

aptidão. Na prática, a acreditação reforça a confiança nos resultados produzidos por estas entidades, facilita o reconhecimento internacional das suas atividades e reduz a necessidade de repetição de ensaios, inspeções e certificações. Desta forma, contribui para facilitar o comércio, apoiar a implementação das políticas públicas, proteger os consumidores e aumentar a competitividade das empresas.

O INNOQ relaciona-se diretamente com a acreditação sob várias perspetivas. Enquanto entidade responsável pela Normalização, Metrologia e por atividades de Avaliação da Conformidade, o Instituto tem procurado desenvolver os seus serviços de acordo com as normas e boas práticas internacionais aplicáveis. Neste contexto, o fortalecimento da competência técnica dos nossos laboratórios e serviços constitui uma prioridade. A implementação de requisitos internacionais, como os previstos na ISO/IEC 17025 para laboratórios, na ISO/IEC 17020 para organismos de inspeção e na ISO/IEC 17065 para organismos de certificação de produtos, entre outras normas aplicáveis, contribui para elevar a confiança nos resultados e serviços prestados.

O INNOQ continuará a orientar o desenvolvimento das suas capacidades técnicas para o reconhecimento da competência dos seus serviços, reforçando a implementação dos referenciais aplicáveis, a qualificação dos recursos humanos e a consolidação das condições necessárias para avançar, de forma sustentada, nos processos de acreditação.

Até à data, o INNOQ possui sete laboratórios de Metrologia e um serviço de Certificação pela NM ISO 9001, acreditados pelo IPAC. Esta orientação é essencial para aumentar a confiança nacional e internacional nos resultados emitidos pelo Instituto e apoiar o reconhecimento dos produtos e serviços moçambicanos nos mercados.

IPQ: De que forma pode a Normalização contribuir para aumentar a competitividade das empresas moçambicanas e, simultaneamente, apoiar a inovação e o desenvolvimento sustentável?

Geraldo Albasini: A Normalização estabelece requisitos técnicos e de gestão comuns que permitem aumentar a previsibilidade, a segurança, a eficiência e a qualidade dos produtos, serviços e processos. Em Moçambique, constitui um instrumento estratégico para modernizar a produção, proteger os consumidores, promover a inovação, facilitar o acesso aos mercados e apoiar um crescimento económico mais inclusivo e sustentável. O INNOQ tem procurado aproximar a Normalização das necessidades concretas do setor produtivo, promovendo uma maior participação das empresas, universidades, centros de investigação, associações profissionais e entidades públicas nas Comissões Técnicas de Normalização, que contam atualmente com cerca de 40 CTN operacionais, e no processo de elaboração de Normas Moçambicanas (NM), dispondo de um acervo normativo de cerca de 1800 NM.

Quanto maior for o envolvimento dos diferentes setores da sociedade, mais as normas refletirão a realidade nacional e contribuirão para responder aos desafios do desenvolvimento.

A Normalização pode também apoiar diretamente as prioridades nacionais de industrialização e valorização da produção nacional, ao disponibilizar referências técnicas que favoreçam a melhoria dos processos produtivos, a incorporação de inovação e tecnologia, a eficiência no uso dos recursos e o cumprimento de requisitos de segurança, qualidade e sustentabilidade.

Para Moçambique, investir na Normalização é investir numa economia mais produtiva, mais resiliente e mais preparada para competir nos

mercados regional e internacional. O desenvolvimento e a adoção de normas em setores estratégicos podem contribuir para aumentar o valor acrescentado dos produtos moçambicanos e reforçar a sua capacidade de competir nos mercados.

IPQ: Num contexto de crescente integração económica africana, que papel pode desempenhar a Normalização na facilitação do comércio e na implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA)?

Geraldo Albasini: A Zona de Comércio Livre Continental Africana representa uma oportunidade histórica para aprofundar a integração económica do continente e aumentar o comércio intra-africano. Contudo, a criação de um mercado continental integrado exige mais do que a eliminação de barreiras tarifárias. É igualmente necessário reduzir as barreiras técnicas ao comércio e criar confiança entre produtores, consumidores e autoridades reguladoras. É neste domínio que a Normalização desempenha um papel estruturante. A harmonização de normas técnicas permite estabelecer requisitos comuns para produtos, serviços e processos, facilitando a sua circulação entre os países, promovendo a interoperabilidade, reduzindo custos de conformidade e evitando a duplicação de requisitos técnicos.

Organizações como a ARSO, a AFSEC e a SADCSTAN desempenham um papel importante neste processo, promovendo a harmonização e o desenvolvimento de referências técnicas comuns. A participação ativa dos países africanos nestas estruturas permite igualmente reforçar a voz do continente nos processos internacionais de Normalização, nomeadamente no âmbito da ISO e da IEC.

Para Moçambique, esta participação é particularmente importante. O país está integrado na SADC e possui uma localização estratégica, com acesso ao Oceano Índico e aos principais corredores de comércio da África Austral. O alinhamento das normas nacionais com referências regionais, africanas e internacionais pode contribuir para aumentar a competitividade das empresas nacionais, facilitar as exportações e apoiar a integração nas cadeias de valor continentais.

IPQ: De que forma a Metrologia contribui para a definição e implementação de políticas públicas e para a confiança nas relações económicas e sociais?

Geraldo Albasini: No domínio das políticas públicas, a Metrologia fornece uma base técnica sólida para a tomada de decisões. Governar implica medir: medir a qualidade da água distribuída à população, monitorizar indicadores ambientais, avaliar o desempenho energético, controlar produtos importados e exportados, acompanhar a produção industrial e monitorizar o cumprimento da legislação. Quanto mais fiáveis forem essas medições, maior será a qualidade das decisões públicas e maior será a confiança da sociedade nas instituições.

A Metrologia é um investimento silencioso, mas indispensável. Os seus benefícios nem sempre são visíveis para o cidadão, mas estão presentes sempre que existe confiança numa medição, numa transação comercial, num diagnóstico médico, numa infraestrutura segura ou numa decisão governamental baseada em evidência científica.

É esta confiança que permite construir instituições mais credíveis, mercados mais justos e uma economia mais competitiva e sustentável para Moçambique.

IPQ: Que impacto pode ter o reforço das capacidades metrológicas no desenvolvimento económico e social de Moçambique?

Geraldo Albasini: No plano económico, a Metrologia contribui para aumentar a competitividade das empresas moçambicanas. Processos produtivos baseados em medições rigorosas permitem reduzir desperdícios, melhorar a qualidade dos produtos, otimizar recursos e cumprir os requisitos técnicos exigidos pelos mercados nacional, regional e internacional. Isto traduz-se em maior produtividade, menores custos de produção e melhores oportunidades de exportação.



Para um país como Moçambique, com enormes potencialidades nos setores da agricultura, mineração, energia, indústria transformadora, logística e comércio regional, a Metrologia constitui um elemento estratégico para acrescentar valor à produção nacional e reforçar a confiança dos investidores e dos parceiros comerciais. Uma infraestrutura metrológica robusta aumenta a credibilidade dos produtos moçambicanos e reduz barreiras técnicas ao comércio, facilitando a integração nos mercados da SADC e da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA).

IPQ: Como avalia a cooperação entre o INNOQ e o Instituto Português da Qualidade (IPQ) e que novas oportunidades identifica para aprofundar esta parceria?

Geraldo Albasini: A cooperação entre o INNOQ e o IPQ constitui uma parceria de elevado valor estratégico, assente numa relação de confiança, proximidade institucional e partilha de objetivos comuns no domínio da infraestrutura da qualidade. Uma das áreas prioritárias é o fortalecimento da Metrologia. O desenvolvimento de novas capacidades laboratoriais, a melhoria da rastreabilidade metrológica ao Sistema Internacional de Unidades (SI), a realização de comparações interlaboratoriais, a formação avançada de especialistas e a implementação de novas áreas de calibração são domínios em que a experiência do IPQ pode continuar a constituir uma referência importante para Moçambique.

Na área da Normalização, existe igualmente espaço para reforçar a cooperação na adoção de normas internacionais e europeias como normas moçambicanas, na dinamização das Comissões Técnicas de Normalização, na participação conjunta em trabalhos internacionais e no desenvolvimento de normas que respondam a desafios emergentes, como a transformação

digital, a economia circular, a inteligência artificial, a transição energética, a segurança alimentar e as alterações climáticas.

Outra prioridade prende-se com a Avaliação da Conformidade, nomeadamente através da partilha de experiências na certificação de produtos, serviços e sistemas de gestão, bem como do fortalecimento das competências técnicas necessárias para apoiar o reconhecimento internacional dos organismos de avaliação da conformidade.

A capacitação dos recursos humanos continuará igualmente a ser uma prioridade. O intercâmbio de técnicos, programas de formação especializada, estágios, missões técnicas e projetos conjuntos de investigação e inovação permitirão desenvolver competências alinhadas com os desafios tecnológicos e científicos que se colocam atualmente aos institutos nacionais da qualidade.

Em suma, considero que a relação entre o IPQ e o INNOQ deve continuar a evoluir de uma lógica de cooperação técnica para uma verdadeira parceria estratégica de longo prazo. Estou convicto de que esta colaboração continuará a produzir benefícios concretos para as nossas instituições, para as empresas e para a sociedade moçambicana. ●

Representantes do IPQ e do INNOQ durante a visita institucional dedicada ao reforço da cooperação bilateral no domínio da Qualidade.

